

INTRODUÇÃO

Nos meados da década de 2000, a sociedade brasileira assiste uma revolução no acesso de milhões de pessoas às tecnologias de informação e de comunicação (TIC) impostas pela economia da chamada Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento, por Druckerⁱ e Lévyⁱⁱ. Ao mesmo tempo, o acesso a Educação Superior se torna uma obrigação para se conseguir trabalho nessa mesma economia que exige competências diferenciadas dos profissionais e acirra a competição pelas vagas existentes. O preço de entrada na Era do Conhecimento é o da educação.

Denominamos Era do Conhecimento o período que se constrói durante a segunda metade do século XX e se consolida neste início do século XXI em que a rede^{*} se torna a marca das relações humanas em suas diferentes dimensões (social, econômica, política, cultural). As suas características são a valorização do conhecimento, a importância da inovação como fator estratégico, o compartilhamento de conhecimentos e o desenvolvimento de uma inteligência coletiva, novas formas de organização de trabalho com base no conhecimento, como o trabalho colaborativo. Neste âmbito, as instituições educacionais exercem um papel de vital importância nesta década em termos de produção e manipulação do seu principal produto, o conhecimento.

Fainholcⁱⁱⁱ, ao tratar a sociologia da educação a distância (EAD), enfatiza da seguinte forma o papel estratégico do conhecimento:

o conhecimento é hoje fator estratégico de gestão, produção e comunicação das unidades sociais-histórico-concretas e dá impulso com coerência ao progresso econômico jamais pensado. [...] A informação se submerge, então, de modo ressignificado da noção de conhecimento para formar parte dos processos comunicativos e de intercâmbio simbólico, e assim sublinhar algumas das características mais destacadas da sociedade do conhecimento.

* Rede: estruturas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação.

A autora se refere ao componente “sócio-cognitivo” - a valorização da inteligência coletiva como resultante das interações possibilitadas pelas tecnologias em rede; à priorização do “saber tecnológico e organizacional”, importando-se não só com o produto, mas também com o processo. Fainholc ainda sublinha que “nessa sociedade a educação e a prática reflexiva exercem papéis de protagonistas centrais”.

A Sociedade do Conhecimento exige uma educação permanente, em processo interativo, baseando-se em avaliação para a melhoria, ao invés de avaliação como controle punitivo; estimula uma sócio-conexão interativa que pode viabilizar a inclusão social; repensa o modelo americano, valorizando o conhecimento e “resgatando os direitos sociais”.^{iv}

Esse movimento se iniciou por meio das “redes disciplinares que se orientavam para estudar o espaço, as formas de trabalho e do tempo” de modo que as pessoas melhorassem seu desempenho e percebessem a auto-disciplina como “elemento de aprendizagem e elemento de educação permanente”.^v Na União Européia, algumas ações como a publicação do Livro Branco*, a criação da Estratégia de Lisboa** e a publicação do *e-Europe**** se integraram para alcançar a proposta de inclusão social e enfrentamento de competidores japoneses e americanos. Dentre essas ações, duas estratégias se destacaram: a da entrada dos jovens no ambiente digital e a criação das “universidades rápidas” de modo a acelerar “o tempo entre as pesquisas e o desenvolvimento de produtos como estratégia de competitividade. Nessa perspectiva, o investimento em educação se converte em retorno econômico”.^{vi} O que Ogilvy^{vii} prognosticara em 1993 começa a se definir nesta década: “uma boa educação será o ponto crítico para o sucesso no futuro do que jamais foi no passado”.

Desde a segunda metade do século XX, as tecnologias de informação e de comunicação provocam uma reconfiguração nas relações humanas, revolucionando os processos produtivos e comunicacionais, reestruturando os vínculos entre as pessoas, entre as organizações e entre os sistemas. Fainholc chama a atenção para “a articulação recíproca e a estrita interdependência entre as culturas global e local”.^{viii}

* Livro Branco – Crescimento, competitividade e emprego: os desafios e as pistas para se entrar no século XXI, publicado em 1993, pela Comissão Européia, sob a presidência de Jacques Delors.

** Estratégia de Lisboa: conjunto de políticas para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico, em 2000.

*** *e-Europe*: sociedade de informação para todos, em 2002, conhecido como Agenda 2002.

Na dimensão epistemológica, assistiu-se uma mudança de paradigma, do analítico para o da complexidade, isso significa que a especialização, fragmentação e a ênfase à departamentalização dão lugar à síntese, à acomodação, “à real complexidade das naturezas humanas e dos ambientes”.^{ix} Passa-se do conhecimento pautado para o conhecimento não estruturado; de uma ontologia individual, localizada, para outra coletiva, distribuída; da gestão de conteúdos isolados, para a gestão de processos, fluxos e serviços interdependentes.^x

Na dimensão social, muda-se do acesso limitado à informação para o acesso e distribuição irrestrita; da deslocalização, para a desterritorialização; da relação pessoa versus grupo, para a relação colaborativa da pessoa no grupo; da centralização em instituições, muda-se para a virtualização ciberespacial.^{xi}

Diante, ainda, das afirmações de Fainholc, que “hoje, o pólo dinâmico é dado pela tecnologia, considerada como categoria chave de inovação nas relações de produção sócio-econômico-cultural”^{xii} e que se faz necessário “estimular a produção de conhecimento em ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento com inovação”^{xiii}, percebe-se a necessidade da aprendizagem permanente não só para conseguir outro trabalho, mas também para se conservar o que se tem.

No cenário brasileiro, vemos algumas dessas estratégias se repetirem, por meio de uma política educacional que se pretende democratizadora ao criar artifícios para a extensão da “educação superior a todos”, em particular, considerando a EAD como uma das alternativas para essa expansão^{*}; esse movimento começa a ocorrer com maior intensidade desde o ano 2002. A política educacional “educação para todos” parece reconhecer que a modalidade a distância propicia a possibilidade de se atingir grande número de pessoas através das TIC que se estendem por todo o território brasileiro. Alcançam as aldeias indígenas, as regiões onde os computadores podem não ser tão comuns, mas onde o sinal de satélite alcança e o correio regular pode levar o *kit* de material impresso e fitas de áudio.

Consoante com essa abordagem sociológica da educação, é fundamental que a diversidade seja considerada, visto que o multiculturalismo é uma presença real principalmente na Educação Superior.

* Através da proliferação de Instituições de Ensino Superior particulares, dos sistemas de cotas segundo critérios sócio-econômicos, raciais, e do credenciamento das IES para oferecer cursos a distância.

Entendemos, aqui, multiculturalismo a partir dos escritos de Lopes^{xiv} que se refere a esse conceito como:

teoria que defende a valorização da cultura dos diversos grupos que compõem a humanidade, que defende que ser diferente não significa ser nem melhor nem pior do que ninguém, que é contra a uniformização ou padronização do ser humano, que valoriza as minorias e suas especificidades e que entende que o mais valioso que tem a humanidade é a sua diversidade”.

Essa concepção complexa exige do corpo docente, novas abordagens e a reconfiguração de sua concepção de aluno, de educação, de pedagogia e de tecnologias educacionais.

Partimos da concepção de que a educação é um dos pilares da sociedade e todo ser humano tem direito à educação. Não diferenciamos os princípios educacionais de uma educação presencial dos referentes a uma EAD; pelo contrário, a educação é uma só, os princípios educacionais são os mesmos não importa em que contexto, com que suportes e meios eles sejam trabalhados e consolidados.

Os egressos de programas formais de educação superior devem ter a mesma qualificação, a mesma competência, as mesmas exigências e os mesmos direitos, quer tenham realizado os seus cursos no sistema regular de ensino, quer os tenham feito em programas a distância.

Esta introdução é necessária para que você, leitor, entenda de que lugar vamos tratar a Educação a Distância, os seus fundamentos, e a sua prática.

REFERÊNCIAS POR CAPÍTULO

Introdução

ⁱ DRUCKER, 1993.

ⁱⁱ LÉVY, 2003.

ⁱⁱⁱ FAINHOLC, 2008, p. 14.

^{iv} FAINHOLC, 2008, p. 14.

^v POLIZELLI, 2008, p. 38.

^{vi} POLIZELLI, 2008, p. 54-55.

^{vii} OGILVY, 1993, p. 30.

^{viii} FAINHOLC, 2008, p. 11.

^{ix} OGILVY, 1993, p. 52.

^x FAINHOLC, 2008, p. 15.

^{xi} FAINHOLC, 2008, p. 27.

^{xii} FAINHOLC, 2008, p. 20.

^{xiii} FAINHOLC, 2008, p. 14.

^{xiv} LOPES, 2006, p. 5.